



ATA N.º 15/2016

DA 2.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE NOVEMBRO DE 2016
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 30 DE NOVEMBRO DE 2016

-----No dia 30 de novembro de 2016, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se os Membros da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de novembro de 2016 da mesma Assembleia, cuja 1.ª Reunião se tinha realizado no passado dia 28 de novembro de 2016 e de que faltam tratar os seguintes pontos da **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 2 - *Apreciação e votação das propostas das Grandes Opções do Plano e de Orçamento para 2017;*
- PONTO 3 - *Apreciação e votação da proposta de celebração de Contrato de Delegação de Competências do Município de Lagos na Comunidade Intermunicipal do Algarve - AMAL, no âmbito do Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros;*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação da proposta de Desafetação do Domínio Público Municipal, de uma Parcela de Terreno, sita na Ameijeira, Freguesia de S. Gonçalo de Lagos, Lagos;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da emissão de autorização prévia do Compromisso Plurianual referente ao Concurso Público para Aquisição de Serviços de Cópia e Impressão em Sistema Outsourcing;*
- PONTO 6 - *Apreciação e votação da proposta de Contrato-Programa para a Promoção e Gestão de Equipamentos Desportivos e Prestação de Serviços na área do Desporto, a celebrar entre o Município de Lagos e Lagos-em-Forma – Gestão Desportiva, EM, S. A..*

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 20 horas e 43 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade
PS	João Henrique Pereira



Fl. 172v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	João Luís da Silva Gomes
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PS	Vítor Manuel Morais Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PSD	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PSD	Fernando Ramos Bernardo (1.º Secretário)
PSD	José Valentim Rosado
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
LCF	Ana Margarida P. A. Bento e Barros Martins (2.ª Secretária)
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
LCF	José Manuel da Silva Jácome
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
TSL	José Alberto Baptista
BE	José Manuel Maia dos Santos

-----**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	António Marreiros Gonçalves	1 dia	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
CDU	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia	1 dia	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
LCF	Jorge Manuel Fernandes Ferreira	1 dia	Cristina Luísa Dias Marreiros
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros	1 dia	José Manuel da Silva Jácome

-----**ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, no momento indicado nesta Ata, os seguintes Membros:



GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans Matos - Presidente
PS	Hugo Miguel M. Henrique Pereira - Vice-Presidente
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vereador
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
PSD	João António do Rio Rosa Bravo - Vereador
LCF	Luís Manuel da Silva Barroso - Vereador

-----FALTOU A ESTA REUNIÃO O MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL, a seguir indicado:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
CDU	Maria Luísa Miranda Matos Cardoso Teixeira - Vereadora

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, o seguinte Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Municipal da CDU: “No passado dia 25 de novembro, aos 90 anos de idade, faleceu Fidel Castro, dirigente histórico da revolução cubana, que exerceu funções como Primeiro-Ministro e como Presidente do Conselho de Estado e de Ministros da República de Cuba até 2008 e como Primeiro Secretário do Partido Comunista de Cuba até 2011. Para além de naturais diferenças de opinião que possam existir quanto às suas convicções ideológicas, Fidel Castro foi uma personalidade cuja dimensão foi universalmente reconhecida não apenas pelos que partilham do seu ideal e projeto de construção de uma sociedade mais justa e solidária, mas também pelos mais diversos estadistas e dirigentes ao nível mundial. Fidel Castro consagrou a sua vida aos ideais do progresso social e da paz, dirigindo a luta que pôs fim à ditadura de Fulgêncio Batista em Cuba, em 1959, e mobilizando o povo cubano na construção de uma sociedade socialista, tendo enfrentado, desde 1962, o bloqueio económico, financeiro e comercial imposto pelos EUA ao seu País. Enquanto dirigente e estadista, Fidel Castro tornou-se uma referência incontornável para os povos da América Latina e outros povos do Mundo, sendo uma das personalidades marcantes da história das últimas décadas. Fidel Castro foi um amigo do povo português, tendo-se empenhado no desenvolvimento das relações de



Fl. 173v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

cooperação e amizade entre Cuba e Portugal. A sua participação na Cimeira Ibero-americana realizada no Porto em 1998 foi uma expressão significativa dos laços de amizade e solidariedade que mantinha com o povo português. Os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida em 30 de novembro de 2016 delibere: 1 - Manifestar à Assembleia Nacional da República de Cuba e ao povo cubano, sentidos pêsames pelo falecimento de Fidel Castro. 2 - Enviar este voto à embaixada de Cuba em Portugal.”-----

-----O Sr. José Jácome (LCF) disse o seguinte: “Faço uma proposta que certamente não vai ser aceite pela CDU, que é limitar o Voto de Pesar ao primeiro e ao último parágrafo, ou seja as primeiras 5 linhas e às últimas 5 linhas, assim têm o meu voto favorável.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) informou não aceitar a proposta apresentada, pelo que mantinha a versão original apresentada.-----

-----O Sr. Eduardo Andrade (PS) fez a seguinte intervenção: “Eu gostaria de informar sobre este Voto de Pesar, embora a morte de ninguém alegre, seja quem for, no entanto olhando para os considerandos, eu não posso, de facto, aceitar este Voto de Pesar, porque me lembro dos milhares e milhares de vítimas que morreram às mãos de Fidel Castro e da sua ditadura lembrando inclusivamente, os bolseiros que, em fuga de Cuba, morreram no mar e também esses mereciam, e talvez mais, o Voto de Pesar.”-----

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato	20.47

-----Posto isto, passou-se à votação do Voto de Pesar, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	1	0	0	3	0	1	5
ABSTENÇÕES	4	0	3	0	1	0	8
VOTOS CONTRA	4	5	0	0	0	0	9

-----**DELIBERAÇÃO N.º 115/AM/2016:**

-----**Reprovado**, por maioria, o Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Valentim (PSD): “O PSD votou contra o Voto de Pesar, embora reconhecendo os sentidos pesamos a uma pessoa, é algo que se deve expressar, mas as pessoas não são abstratas, elas carregam em si, uma história e têm um símbolo, e o PSD, como um Partido democrático e pela liberdade individual, pelos valores individuais, pelos direitos humanos, aquilo que presido à liberdade, rejeita qualquer sistema de pessoas que encarnam as ditaduras, sejam ditaduras de esquerda ou ditaduras. Fidel de Castro foi para uns um revolucionário, derrubou um ditador, sim senhor, mas a seguir instituiu outra



ditadura. É a nossa justificação de princípio, porque votamos contra o Voto de Pesar.”-----

-----**PONTO 2 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E DE ORÇAMENTO PARA 2017:** Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D-585-10.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução do assunto.-----

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença	20.54

-----O Sr. José Jácome (LCF) solicitou esclarecimentos relativamente à forma como foram elaborados os Documentos em apreciação.-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) Relativamente, às GOP e Orçamento começo por enquadrar que, de facto, é um instrumento de gestão estratégia e de gestão política e, naturalmente, é nele que são vertidas as linhas principais de orientação e desenvolvimento e até de afirmação para o Concelho, neste caso para o Concelho de Lagos e logo a relação entre o investimento e a despesa que existe entre os dois documentos. Este ano, de facto, o documento está assente em 5 eixos estratégicos, depois são cascadeados em 30 objetivos, também estratégico e logo na sua introdução, considera que o ano 2017 será um ano de desafios. E desafios, se calhar, até por várias razões, porque até um ano de eleições que se torna mais se desafiante. Na introdução de facto, quando se considere, e nós bancada do PSD reconhecemos o esforço ligado à gestão rigorosa que foi dada durante o ano, mas contudo, também achamos que na própria introdução se ignorar o forte contributo da carga fiscal praticada em Lagos, quando se fala não há aumento, mas houve uma continuidade, que se refletiu, naturalmente, em excelentes receitas, que certamente contribuiu, em muito, para a diminuição da dívida, de facto, é uma observação que se calhar, não somos nós, naturalmente, que temos opinar sobre a introdução, mas, de facto, existe aqui uma relação relativamente a estes 2 fatores, e até diria que se fôssemos aqui ao nível da nossa bancada, se fôssemos olhar de forma mais realista diríamos que 50 por cento se deve à gestão rigorosa e 50 por cento à carga fiscal. Relativamente ao novo ciclo político que está implícito, temos um novo design do documento, mas montem-se, de facto, o vislumbrar de forma objetiva de uma afirmação estratégica para o Concelho. Ou seja, e concretamente poderíamos falar nalguns aspetos, lê-se o documento, fala-se na aposta do PEL, andamos com o PEL para trás e para a frente e não de uma forma que diria muito objetiva, relativamente o que é que se quer dar ao PEL depois, temos outros como o PER, os Planos de Urbanização e de Pormenor, que deviam ser revistos e estão em processo de revisão, ou seja, estão lá refletidos mas também não sabe bem a como é que vamos avançar quais os vão



Fl. 174v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

avanzado etc.. Relativamente à sua relação com o Orçamento e não sendo um perito na questão do Orçamento entanto, mas no estudo que nós elaborámos sobre esses 2 documentos e podia ir buscar aqui alguns exemplos, mas, no caso das águas e saneamento falamos, de facto, na elaboração do cadastro das águas, está lá englobado, esse projeto, mas, por exemplo, quando vamos para a questão dos vários projetos de abastecimento de água e esgoto e quando refletirmos esses projetos no PPI, a questão das redes de drenagem, por exemplo, do Chinicato à Torre está lá contemplada, a ampliação dos reservatórios e conservação da rede esgotos também está lá contemplada, as duas rubricas com cerca de 210 mil euros, mas depois quando vamos aprofundar mais a questão relativamente ao abastecimento de água e entramos na questão, por exemplo, das redes de drenagem, fala-se na Pedragosa, nas Lajes da Luz, Jardins de Bensafrim, Cova da Zora, forças coletivas do Ferrel, reduzir os caudais depois toda uma sequência de pressuposto inerente à redução de caudais que são convergentes ETAR que implica uma série de projetos e subprojectos relativamente a essa redução de caudais, de facto não vem refletida no PPI, de facto, temos o documento estratégico que são as GOP, mas depois quando vamos para essa área das drenagens de águas residuais, em particular esta área, não está lá refletida, de facto, essas questões revelam que, de facto, houve aqui algum trabalho, mas, de facto, não se reflete a esse nível, mas também temos mais, questão do abastecimento de água que enquadra a ampliação e conservação e remodelação dos reservatórios, eles estão lá, salvo erro são 7 rubricas, temos 4 reservatórios, temos remodelação de rede, temos uma verba de 633 mil euros. Depois se pensarmos que que, no outro dia, inclusive, ficamos a conhecer que só a conduta de Bensafrim poderá andar entre os 200 ou mais de 200 mil euros, fica-nos também alguma dúvida como é que vamos conseguir gerir o que está nas GOP com o que está no orçamento, mas pedimos há mais números a questão das muralhas, por exemplo na área da Cultura, 158 mil euros para a recuperação dos baluartes e das muralhas, de facto, ficamos aqui com uma série de dúvidas em relação a estes 2 documentos. Tínhamos também os resíduos sólidos, os 126 mil euros onde estão incluídos 40 mil euros da viatura do orçamento participativo, ficamos com 86 mil para fazer face toda aquele conjunto que está elencado nas GOP, de facto, ficamos aqui com algumas dúvidas, ou seja, se olharmos para as Grandes Opções do Plano, estamos perante um documento bem constituído, do ponto de vista das GOP quando analisado fora do contexto do orçamento, é um documento técnico, muito técnico, vê-se que há aqui um trabalho, como a senhora Presidente até referiu daquela articulação com a parte de componente técnica. Enquadra as GOP isoladas se olharmos isoladas do orçamento, enquadra o funcionamento da autarquia em termos de objetivos não diremos o contrário, mas, de facto, quando analisamos na relação com o que eu que a bem dizer, ficamos, de facto, temos ali uma série de conjunto de objetivos que depois o seu reflexo acaba por não aparecer assim, de forma objetiva e com aquelas rubricas e com aqueles valores. Diríamos um documento arrumado, tecnicamente, diria, temos aqui uma componente política sim, mas cada uma componente política já pensa em 2017 com aqueles objetivos todos, temos dúvidas na execução das GOP e o seu reflexo real no Orçamento, até com aqueles exemplos que já aqui referi, e



naturalmente que a boa gestão financeira é necessária, mas, naturalmente que está também dependente de uma receita, nomeadamente de um conjunto de impostos indiretos que, de facto continuam a estar bem presentes nas famílias lacobrigenses. Só uma pequena nota, tivemos aqui um grande enfoque na questão do empreendedorismo, inclusive com uma contratação de um serviço externo, de um técnico e, de facto, onde se reflete nas GOP ou no próprio Orçamento, temos apenas de um item que se refere, em particular, esta questão do empreendedorismo.-

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	HORA
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)	20.56

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) fez a seguinte intervenção: “Sr. Presidente da Mesa da AM e Mesa da AM, Sra. Presidente da CM e Srs. Vereadores, caros companheiros Membros da AM. “O político vive num mundo mais contingente que a maioria dos cidadãos”, escrevia o politólogo Daniel Innerarity. É com o espelho desta contingência que a TSL se vai debruçar sobre o texto das Grandes Opções do Plano e sobre a proposta de Orçamento para 2017. Contingência que o Grupo Municipal, mais que nenhum outro Grupo, sente, dada a sua relativa representatividade eleitoral. Durante três anos, cuidámos de trazer a esta casa da democracia local o melhor que a nossa situação de oposição minoritária permitia; começando como oposição de solução, não conseguimos, porém, que ela evoluísse para oposição de alternativa. O que assistimos, durante estes anos, foi uma paulatina aproximação do poder às realidades da vida municipal, reduzindo, também paulatinamente, a normal conflitualidade política entre o poder e a oposição. Mesmo se essa conflitualidade não deixe de se manifestar, seja de modo mais, ou menos, agressivo. Para a TSL é este um momento de reflexão política, uma vez que quase esgotado o seu tempo de vida autárquica, se pode permitir avaliar, com mais serenidade, o que o bem comum e a justiça social esperam dos seus políticos. Ora, o debate das Grandes Opções do Plano (GOP) é o momento crucial para que, tanto o poder, como a oposição, possam desvendar os seus propósitos e projetos políticos, bem como ajustar as suas estratégias ao destino que querem dar ao Município. A própria CM elaborou, com especial cuidado, o documento das GOP, tendo, mesmo, recuperado sugestões de gestão política que a TSL foi, ao longo destes anos, apresentando. Ao texto das GOP respondeu a oposição na CM com o voto de abstenção. A TSL desconhece as respetivas declarações de voto, - se as houve -, pelo que não pode deixar de reconhecer que a própria oposição no Executivo se sentiu incapaz de recusar a proposta das GOP. Também, este texto das GOP não pode deixar de colher a aceitação da TSL, não só material, como formal. Material, porque contém, de modo cuidado, os eixos essenciais para o desenvolvimento sustentável do Município para o ano de 2017. Formal, porque ordenou esses eixos, não só



Fl. 175v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

tecnicamente, mas, e sobretudo, politicamente. São esses eixos: - Município Dinâmico, Competitivo e Sustentável; - Município Solidário, Multicultural e Inclusivo; - Município de Diálogo, Cidadania e Participação Cívica; - Município de História, de Arte e de Cultura; - Município Eficiente e Inovador. Por isso, debruçando – se sobre estes cinco eixos estratégicos das GOP, a TSL escolheu sintetizá-los num bloco de cinco Pontos Fundamentais enquadrando-os no texto das GO.P. Faremos, pois, a transcrição de partes do texto das GOP, com o respetivo comentário nosso. OS CINCO PONTOS FUNDAMENTAIS DA TSL: 1. Dinâmicas de participação democrática e defesa dos direitos dos cidadãos; 2. Projetos e propostas de desenvolvimento e de justiça socioeconómica; 3. Opções culturais e de expressão educativa; 4. Regulamentação; 5. Fiscalidade e orçamento. Dinâmicas de participação democrática e defesa dos direitos dos cidadãos. O eixo estratégico “Município de diálogo, cidadania e participação” é um eixo das GOP complexo, mas também incompleto. Incompleto, porque o eixo estratégico abstém-se de abordar questões que para a TSL são essenciais: a participação dos cidadãos em todos os assuntos que lhe dizem respeito, bem como a ausência de qualquer referência às relações com a AM. É verdade que as GOP contêm ações importantes de cidadania e participação, como a “Prestação de apoio ao migrante através do Centro Local de Apoio e Informação ao Migrante (CLAIM)”..., bem como com a manutenção do Orçamento Participativo. Falta, contudo, uma perspetiva inovadora e moderna sobre a relação entre a CM e os cidadãos, que não se esgote nos projetos administrativos municipais, ou técnicos, de apoio ao cidadão ou de audição e resolução de problemas. Sem falar na relação com a AM. Para reduzir as debilidades deste eixo das GOP, a TSL encontrou projetos e programas de que vamos incluir no nosso ponto fundamenta, a saber: Revisão do Plano Estratégico. “O Plano Estratégico de Lagos deverá ser transposto e consubstanciado num Plano de Médio Prazo, para um período de quatro anos. Esta revisão do PEL terá presente a regularização integral do PAEL existente no Município libertando-o de medidas condicionantes à sua gestão” (GOP). Estratégia «Cidades Sustentáveis 2020. “A estratégia «Cidades Sustentáveis 2020» configura-se como uma proposta de âmbito nacional, aplicável ao nível local, para um futuro mais sustentável das cidades...” (GOP) Não conseguimos ver, contudo, referências às “smart cities”, apesar de a TSL saber que esta é uma aposta em curso da CM e do DULF. Valorizar o ambiente urbano. “A valorização do espaço público, enquanto condição essencial à vida na cidade e como local de socialização e de encontro, continuará a ser uma prioridade...” (GOP). Conclusão do Plano de Pormenor para a Unidade Operativa de Planeamento e Gestão 3 da Meia Praia. Como a TSL teve o cuidado de informar a CM, aquando da audição ao abrigo do Estatuto de Oposição, deveria ter sido inscrita nas GOP a vontade política de executar o que foi aprovada pela AM, com a concordância da CM, sobre o Bairro 25 de Abril. Diminuir as perdas de água. “Pretende-se atuar, ... concorrendo-se ainda para a prossecução de uma gestão de rigor e de contenção de recursos municipais”. A TSL coloca neste seu ponto fundamental esta questão, porque, como dissemos na anterior reunião da AM, as perdas de água concorrem para a injustiça dos preços da fatura da água, bem como



para a deficiente pressão do abastecimento que existe em muitas áreas da Cidade e do Município. Para nós, toda a afetação dos direitos dos munícipes, como é o caso dos custos do abastecimento de água, por parte da gestão municipal, é uma questão de cidadania. O cidadão não é um rácio, nem um número: é uma pessoa e os seus direitos. 2. Projetos e propostas de desenvolvimento e de justiça socioeconómica. No texto das GOP, em vários eixos, a este nosso ponto fundamental é dada a relevância que merece. Vejamos. Promoção do desenvolvimento económico local. “A promoção do desenvolvimento, atuando nas áreas da economia e emprego, através da conceção e implementação de estratégias políticas para o desenvolvimento económico do Município...” (GOP). E continuando com as GOP: Promover a garantir a qualidade das relações com os particulares e agentes económicos. “... a Administração deve ter um papel de facilitador e deve assumir-se como um verdadeiro “parceiro estratégico”, auxiliando o cidadão em geral a apreender estas novas mudanças. Para isso, torna-se imprescindível continuar a desburocratizar os serviços e ampliar a nossa disponibilidade para informar com qualidade, garantindo uma mediação com terceiros pró-ativa, antecipando questões e/ou cenários de mais-valia” (GOP). Comentário da TSL: estas garantias das GOP consubstanciam um dos objetos programáticos e eleitorais mais caros da Coligação TSL, e sobre o qual não nos cansámos de alertar a CM. Para este desiderato das GOP tem a CM o mais indefetível apoio da TSL. Voltando às GOP, enquadradas neste ponto fundamental. Revitalização do Centro Histórico de Lagos: Revitalização do Comércio Local. “O objetivo é desenvolver um projeto integrado e abrangente, que intervenha não só no apoio à modernização e reestruturação do comércio local, como no tecido urbano envolvente... Um aspeto decisivo será o da compatibilização entre a atividade dos estabelecimentos de diversão noturna e a habitação, devendo ser criados mecanismos de zonamento que garantam a tranquilidade das zonas residenciais e estabeleçam regras claras para os potenciais investidores de um e outro sector.” (GOP). Com que a TSL concorda e que apoia, sabendo o volume de dificuldades que a CM poderá encontrar. É preciso que a gestão municipal saiba impor, além do diálogo democrático, a normatividade democrática. Os direitos de uns não podem obliterar os direitos de outros. Celebração de acordos de colaboração/cooperação com vista ao tratamento de pequenos espaços públicos. Esta questão foi defendida pela TSL nesta AM. Deve-se, porém, equacionar as diversas situações, uma vez que há diversidade de casos, não podendo uma bitola única administrativa impedir o justo diálogo com os intervenientes. Promoção da legalização urbanística e da ocupação do espaço público. “Cooperar com os proprietários na procura de soluções que visem a reposição da legalidade” (GOP). Manutenção de espaços verdes urbanos, na área do Município. “Dar continuidade à manutenção de espaços verdes, aumentando as áreas a intervencionar no âmbito do contrato de prestação de serviços respetivos...” (GOP) 3. Opções culturais e de expressão educativa; Elaboração do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) e respetivo plano de ação. “..., urge proceder à elaboração do novo Plano de Desenvolvimento Social que identificará os eixos a priorizar e os objetivos, projetos e atividades a desenvolver”. (GOP). Matéria que é de suma importância para a cidadania social do



Fl. 176v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Município. Promover o intercâmbio cultural, recreativo e desportivo no quadro das Geminações. “A promoção da cooperação externa não pode deixar de centrar-se, num primeiro nível de prioridade, no quadro das relações de carácter formal e institucional firmadas entre o Município de Lagos e outros municípios...” (GOP). Dentro do espírito de celebração dos 25 anos da geminação Lagos – Palos de La Frontera é importante que a CM e a AM revitalizem as atuais geminações e promovam outras, centradas todas na universalidade dos Descobrimentos e na cultura das gentes lacobrigenses. Promover a adesão do Município de Lagos a redes de partilha de conhecimento. “... Neste âmbito será promovida a adesão às seguintes redes e respetiva dinamização da participação: a) Rede de Cidades Educadoras; b) Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis”. (GOP). Renovação do site institucional. “A comunicação autárquica não pode estar alheia relativamente à evolução dos hábitos de consumo de informação da população...” (GOP). Quando se fala de transparência municipal e esta se mede pela sua informação digital, chegou a hora de a CM subir na escala do ITM. Promover o apoio à pessoa idosa reforçando a sua qualidade de vida e o envolvimento ativo na comunidade. Para a TSL, há um meio para cumprir este desiderato que urge reforçar e consolidar: o Centro de Estudos de Lagos (CEL). Conhecedor da força vital que o Centro tem, a TSL sugere que o CEL seja um parceiro preferencial dos apoios da CM, sobretudo, em instalações dignas e estáveis. Promover a elaboração do projeto de requalificação do Convento Senhora da Glória para criação do Arquivo Municipal. “A centralização da atividade arquivística num edifício único é fundamental ...” (GOP). Eis um projeto que, dada a finalidade histórica e cultural que o envolve, tem o total apoio da TSL. Garantir o apoio jurídico ao Executivo e aos Serviços. Eis um projeto que urge reformular: Garantir o apoio jurídico ao Executivo, à Assembleia Municipal e aos Serviços. A TSL já, mais de uma vez, solicitou que ao seu “núcleo de apoio” permanente se juntasse um apoio jurídico, se não permanente, pelo menos em tempo parcial. 4. Regulamentação. Revisão e atualização dos Regulamentos Municipais. “Regulamento da Venda Ambulante Regulamento dos Períodos de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público. Revisão e atualização dos Regulamentos Municipais. Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação. Regulamento das Atividades Diversas.” Esta é uma matéria que a TSL foi exigindo ao longo do mandato, sem que fosse ouvida. Ainda bem que as GOP 2017 vêm, agora, responder ao nosso pedido. Falta, contudo, incluir nas GOP a revisão e atualização das Taxas municipais, que devem merecer, não só a sustentabilidade de um estudo económico, mas, e sobretudo, o preço ou valor que tenha em conta o direito do cidadão ao espírito de justiça. 5. Fiscalidade e orçamento. Reservamos este ponto para analisar a proposta de Orçamento para 2017 e fazer algumas considerações sobre ele e, também, sobre as razões porque o Orçamento deve ser também um instrumento de justiça social, política e económica. O valor do orçamento mantém o equilíbrio do anterior orçamento, pelo que, pela experiência do controle orçamental feito até hoje pela CM, e nunca deficitário, a TSL apoia a proposta da CM. Conhecida hoje a votação do Orçamento de Estado, a TSL não pode confirmar se o mesmo contempla um aumento de 3 460 mil euros em relação



ao previsto. Se assim for, a TSL entende que este valor, ou similar, venha a ser incluído numa próxima alteração orçamental, que poderia coincidir com a aprovação das Contas de 2016 e do respetivo saldo orçamental. A TSL não pode deixar de registar que a recomendação da TSL para que parte do valor da participação no IRS reforçasse a verba a transferir para as Freguesias foi contemplada no Orçamento; dos iniciais 350 000 €, o orçamento de hoje apresenta o valor de 450 000 €. Espera a TSL que próximos orçamentos municipais, para além de amortizações e reservas para despesas judiciais e outras, venha a incluir um valor correspondente a “imparidades” de justiça social, com vista a cobrir despesas emergentes, como os 28% das perdas de água, os prejuízos económicos e sociais decorrentes de deficiências de serviços municipais, e outros imprevistos em que os direitos dos cidadãos tenham sido postos em causa pela gestão municipal. Sobre a fiscalidade, a TSL reforça a sua posição sobre a necessidade de que os impostos municipais e as taxas e preços a pagar pelos munícipes sejam objeto de um estudo imparcial que concilie custos, usos de bens municipais e situação económica dos lacobrigenses. É o que a TSL designaria como fiscalidade justa. Sra. Presidente, gostaria a TSL de lhe deixar uma mensagem pessoal, na oportunidade destas últimas GOP em que participa. No início desta intervenção, colocamos uma epígrafe que seria o mote para a nossa posição durante este debate: que o mundo em que o político vive é o mundo da contingência. Outros diriam, e nós também acompanharíamos, o mundo da incerteza. Para si, ao longo destes anos, o mote que mais glosou foi o da decepção. Relemos Platão e relemos Maquiavel. Ambos falam em decepção, mas, reportada às suas vidas políticas. Não acreditamos que o caso se aplique a si, Sr.^a Presidente, porque ambos falharam, um em Siracusa, outro, em Florença, sem deixar de aceitar que seja a decepção um acicate político para continuar e vencer. Por isso, lembrando que, na nossa modernidade, há quem saiba ler a decepção sobre o ângulo que mais corresponde à Sr.^a Presidente, permita que lhe leia do mesmo autor da minha epígrafe: “Convém que nos habituemos à ideia: a política é fundamentalmente uma aprendizagem da decepção. A democracia é um sistema político que gera decepção...especialmente quando se faz bem”. E a Sra. Presidente, até hoje, tem feito muita coisa bem. A concluir, a TSL deseja, com todo apreço político, social e pessoal, que a CM a que preside saiba e possa cumprir os cinco eixos das suas GOP para 2017, para o que não deixará de concorrer o voto favorável da TSL, voto extensível aos demais documentos deste ponto da ordem do dia.”-----

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto	21.04

-----O Sr. José Santos (BE) disse o seguinte: “O Bloco de Esquerda só gostaria de chamar a atenção que um dos objetivos que é “promover a qualidade ambiental do Município”, ora o Bloco de Esquerda gostaria que fosse introduzido aqui um parágrafo por parte do Município em que diria que “o uso dos glifosatos vai ser



Fl. 177v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

erradicado bem como nas empresas que para o Município executam tarefas no que diz respeito à manutenção dos espaços públicos”. Foi uma proposta trazida pelo Bloco de Esquerda a esta casa, passou, foi aprovada, pelo que gostaria que tivessem isso em tensão, neste objetivo.”-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) Quando se chega a este momento da análise do das Grandes Opções do Plano e Orçamento, é, como já aqui fora dito, um momento de análise política e onde se aprecia as opções e as prioridades do próprio Executivo. Não trouxe nenhum documento escrito para este debate, porque entendi desta vez, assim como estava habituado há muitos anos atrás, em analisar estes documentos, numa perspetiva genérica, geral, generalista e depois analisá-los numa perspetiva mais pontual, mais particular. Nos últimos anos criou-se esta prática de fazer uma análise global e depois cada força política adota a sua posição. Está o dever cumprido politicamente e administrativa. Como se comemora este ano 40 anos do Poder Local, e o Poder Local é ainda muito daquilo que resistiu desde o 25 de Abril até à presente data, porque a liberdade já tem levado algumas facadas nas costas, o Poder Local já perdeu alguma autonomia, a democracia também nem sempre tem sido respeitada com aquele espírito, que era o espírito verdadeiro, espírito idealista do próprio exercício do Poder e justamente por isso, eu entendi conduzir esta minha intervenção para aspetos mais natureza terrena mais aquilo que diz respeito a cada um de nós no dia a dia, independentemente das filosofias que nos poderá, eventualmente separar, mas é óbvio que se a população do Bensafrim não tiver assegurado, em quantidade e em qualidade do abastecimento da água, pouco servirá a doutrina aqui defendida, pouco servirá, efetivamente evocar aqui grandes nomes da política ou da filosofia, mas uma coisa tão simples, tão grande utilidade, como assegurar o abastecimento de água em qualidade e quantidade às populações, a Câmara Municipal de Lagos não o consegue fazer. Mas também devo dizer que já acho um absurdo, para não falar de alguma infantilidade, quando se diz que os senhores estiveram lá 12 anos e também não fizeram. É óbvio que isto não é um processo que se inicie e que se termine, isto é um processo que se inicia e que se vai ao longo dos anos planeado, convertendo, renovar e alargando, portanto isto não é um processo de interrupção, é um processo de continuidade de planeamento de determinadas ações e não é por ser foi o Partido Comunista que não seja foi o PPD/PSD que não fez ou que foi o PS que não fez, o que é importante é que se faça, o que é importante é que a Câmara diz assim: “Nós temos 5 eixos de estratégicos que nos preocupa e que define. Os objetivos. Eficiência e dinamismo.” Minhas senhoras e meus senhores, quem não fala com a população e que não sabe. Projetos apresentados na Câmara que não respeitam os prazos em termos de resposta aos cidadãos. Serviços que funcionam deficientemente. Burocracia, que em vez de ter um gesto facilitador do próprio cidadão que é aí que sim que reside a essência do funcionamento do Poder municipal, a burocracia só serve para dificultar e aqui aproveito a oportunidade para pedir desculpa, ao Sr. Vereador que ontem o incomodei com um telefonema que o não deveria ter feito, sobre um assunto, que na minha modesta opinião é um assunto fácil de ultrapassar e que a burocracia dos serviços, por razões que me são estranhas, não quiseram fazê-lo, mas, infelizmente,



não tive sequer o retorno do meu telefonema. Segundo a questão que coloquei, e por isso mesmo eu peço desculpa por ter colocado o telefonema e só o fiz porque, na altura, o Sr. Vereador se mostrou disponível para quando eu tivesse qualquer problema fazer o favor de telefonar. Outra questão que a Câmara Municipal aponte é com o ambiente. Nós defendemos o ambiente e estamos a apostar no ambiente, pois, basta só no Verão olhar para as centenas de carros que exista a circular no espaço urbano da cidade que a única coisa que fazem é provocar gases que perturba o próprio ambiente e que não são saudáveis para a vivência urbana, portanto, em resumo da leitura, o que existe é que a Câmara Municipal, por um lado apresenta um texto com qualidade, com grande desejo, com boa doutrina, mas e depois na realidade, ele não se transporte da forma para a substância, não se materializa, portanto, há uma contradição muito grande nesse sentido, de qualquer modo, e para indo justificando a nossa intervenção, gostava de referir que me preocupou que na Informação que a senhora Presidente remeteu há um acréscimo de solicitações de pessoas carenciadas que vêm à Câmara Municipal, portanto, se há esse acréscimo é porque as pessoas têm necessidade de se as pessoas têm essa necessidade, então é porque não são asseguradas condições de trabalho, que não há emprego, o que a economia não está a funcionar, e o que é que a Câmara tem neste momento presente com projetos que possam ser implementados no sentido de desenvolvimento local, para que a economia comesse a funcionar, que haja o maior prosperidade para que as pessoas, em vez de virem à Câmara pedir capazes, socorrer-se, tenham possibilidade de arranjar um emprego, de arranjar um trabalho e não de andando a mendigar. Isto tem sido sistemático ao longo dos anos do ponto de vista da política aqui em Lagos e muito em particular, a intensidade na governação destes últimos anos e particularmente nestes últimos 15 anos. Outro grande eixo consta no Plano, aumentar a transparência da gestão municipal. Pois já aqui foram apresentadas propostas pelo PSD, já foram chamados à atenção por outras forças políticas. questão de transparência e a Câmara Municipal de Lagos, infelizmente e como magoa nossa, quando aparece nos rankings a nível nacional, aparece mal contada, em termos de transparência. 40 anos depois, a comemorar o Poder Local, realmente era necessário ter uma outra atenção sobre esta situação de transparência. Não deixo de registar, da leitura do plano, a questão da extinção da Lagos com Futuro, como todos nós conhecemos, sendo que a Lagos-em-Forma deveria ser extinta também, porque se não fosse as injeções de capital que a Câmara Municipal transfere. Esta empresa municipal devia ser extinta porque ela só não insolvente porque a Câmara transfere para lado dinheiro e serve Serviços da Câmara Municipal. Isto era empresas daquele ciclo. Não tem grande justificação a Câmara não faça uma reflexão e os Membros da Assembleia não faça uma reflexão, que as pessoas não façam uma revelação sobre isto, devo dizer que é algo que me surpreende e nunca foi essa a minha maneira de ver a política. Vi também, e isto na sequência de uma intervenção da última reunião, que aqui tem que se pagar o saneamento básico. À Algar são pagos os resíduos sólidos e às Águas do Algarve as águas residuais. Há uma taxa que se paga por cada metro cúbico de água tratada. Isso foi o resultado, minhas senhoras e meus senhores, foi o resultado da venda do sistema do saneamento básico em alta.



Fl. 178v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Quando a Câmara de Lagos vendeu aquele sistema, o sistema de tratamento de águas residuais, fez um encaixe de 12 milhões, dinheiro que paga em metros cúbicos de água de esgotos. Isso, obrigaria imediatamente a fazer um sistema de separação, chamado sistema misto das águas dos esgotos e das águas pluviais, segundo me consta e é conhecido, a Câmara descurou, até há pouco tempo, provavelmente, agora já não está de fora e se tiver então continua teimosamente fazer mal a pagar a água que muita dela e a água das chuvas e não a água do duche e isto porquê, porque teimosamente quis vender, mas devo recordar história importante e 40 anos depois do Poder Local é importante falar na história, devo recordar que, no teto do PPD PSD quisemos fazer a concessão dos serviços e nessa concessão a Câmara Municipal recebia o montante de uma renda anual por concessionar os serviços. O Partido Socialista na altura opôs-se determinantemente a esse facto e paradoxalmente, mas não surpreendentemente, assim que veio para o Poder vendeu logo todo esse sistema de saneamento. E agora, todos nós, população, estamos a pagar tarifas mais elevado, porque essas tarifas têm um custo e a Câmara não tem possibilidades financeiras de poder reduzir, e aí sim, reduzir as tarifas reduzidas as taxas, isso é que era fazer uma verdadeira política social reduzir os IMPs, prescindir dos 2, ou 3, ou 4 por cento do IRS, isso sim a fazer uma política, desviar o dinheiro do município para entregar às pessoas, a outra não é política social, a outra é uma ajuda. A propósito, devo dizer que uma tarde destas a chover, deixei uma viatura em frente do mercado municipal, que é a minha viatura, e não meti a moeda, eram 18.15h e eu não me apercebi, alguém me tinha dito que a partir das 18 horas não se pagava, parece que é a partir das 19, segundos depois me informaram, não meti a moedinha, um quarto de hora depois fui lá, às 18.17h, já lá tinha um papel de uma funcionara a dizer que eu tinha que apagar 5€, aliás, já paguei. Ora, isto é mais uma caça ao dinheiro. Nós, meus senhores e minhas senhoras, nós os cidadãos hoje sentimos perseguidos por tudo na caça ao dinheiro, são as autoridades nacionais, são as autoridades municipais, é o Poder Central, toda a gente nos saca dinheiro e até aqui a nível local, este é um espaço onde todos nós convivemos trabalhamos, temos a nossa vida, pagamos os nossos impostos, temos os nossos amigos, temos conhecidos, uma relação de vizinhança, até aqui só algum é que têm direito a estacionar sem pagar veja-se, por exemplo, além bem junto à ponte Dona Maria aquele estacionamento que foi criado propositadamente para pessoas não pagarem, portanto, está aqui a política da Câmara pela isenção, é uma política não de isenção, é uma política de favor e a uma política de parcialidade, porquê, porque aqueles cidadãos além de baixo junto à ponte D. Maria, uma vista bonita, uma vista grandiosa, bela. Um grupo de carros estacionados e com certeza que não estão ali estacionados sem autorização de ninguém. Não queria deixar de falar também noutra questão que tomei nota do Plano, a verba que está afeta para o terreno da escola Tecnopolis. Não sei se ainda há aqui pessoas que se lembram. A escola Tecnopolis que eu gostava que alguém dissesse o que é isso de Tecnopolis, o que é isso da escola Tecnopolis, o que se vê é que a Câmara Municipal adquiriu um terreno por um montante que para mim, na minha modesta opinião, foi exacerbado, foi exagerado, o seu valor, e a seguir, como não teve dinheiro para pagar definiu um plano de pagamentos com o proprietário



dos terrenos. Dinheiro esse que ainda faz parte de uma rúbrica do Orçamento, mas acresceu algo de espantoso. Uma zona que era uma zona de reserva agrícola foi inserir numa zona urbana com uma densidade, que é aquilo que se chama, qualquer pessoa que tivesse um terreno daqueles que a Câmara pusesse lá um determinado montante, era a saída do Totoloto ou do Euromilhões. Seria até mais lógico que se dissesse ao proprietário, você vai ficar com isso mais valorizado, com uma contrapartida paga-se de duas formas, a Câmara está pagando, mas o que é a Câmara? A Câmara é um órgão político, hoje são estas duas senhoras mais dois senhores, amanhã serão outras pessoas, cidadãos desta terra e como tal o nosso motivo principal é zelar pelos interesses da nossa terra, é zelar pelos interesses do conjunto, da maioria não é para zelar pelos interesses de alguns são pessoas, esta é a minha grande censura a este Ponto. Para terminar, vou dizer relativamente ao seu Plano, eu acho que é um plano que este ano fez uma inventariação geral das coisas que eu até concordo com muitos dos títulos que ali estão e que julgo que era merecedor sentarmos todos aqui na cidade, vamos definir aquilo que vamos fazer primeiro a um ano, a dois anos a três, a cinco anos, porque aquilo que ali está presente neste Plano tem valor mas não é para 2017, é para uma década, aquilo que ali está em termos de atividade, tem para uma década ou até para 15 anos e eu estou disponível enquanto cidadão, enquanto vizinho, enquanto responsável político dizer contem comigo para isto. Façam um cronograma físico. Não fazem um cronograma físico, trazem um conjunto de ideias que são válidas, não ponho isso em causa, mas que eu acho que não são inexequíveis durante o ano 2017. Nem porque não tem Orçamento, nem porque não têm tempo. Portanto é um Plano eleitoralista, é um Plano muito expansivo, é um Plano menos favorecido, é um Plano irrealista.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que estava reunida a Assembleia Municipal para apreciar e votar os documentos deste Ponto da ordem do Dia. Referiu que, mais uma vez, o documento não tinha sido discutido e aprovado pela Câmara Municipal, como diz a Lei, apenas foi feito e aprovado por quatro Membros da Câmara Municipal, tendo o mesmo ido à reunião de Câmara, para aprovação. Disse que mais um ano se passou e a CDU continua com a posição de que a Lei não é cumprida. Relativamente à relação entre os Órgãos Câmara e Assembleia Municipal, perguntou que apreciação e deliberação teve a Câmara Municipal sobre as Recomendações da Assembleia Municipal, à Câmara Municipal, acrescentando que estas questões tinham já sido feitas pela CDU, através de Requerimento, mas as mesmas não tinha obtido resposta. Em relação ao Plano disse que a CDU assina por baixo de muitas situações colocadas no documento. Terminou que podia estar a dissertar sobre os documentos em apreciação, mas essa dissertação não iria mudar um virgula, nos documentos, ao contrário do que pode pensar o Sr. José Valentim.---

-----O Sr. João Luís (PS) disse o seguinte: “O Partido Socialista da análise que fez aos documentos das Grandes Opções do Plano bem como do Orçamento para 2017, verifica que os dois documentos estão bastante bem elaborados e com grande melhoria em relação a anos anteriores, com fácil entendimento sobre os grandes objetivos traçados para este Executivo. Destacamos aqui a revisão do PEL que com esta revisão terá presente a regularização integral do PAEL existente no Município



Fl. 179v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

libertando-o para medidas que estão condicionantes à sua gestão. Destacamos também aqui a revitalização do centro histórico com uma política de incentivos fiscais concedendo isenções e benefícios fiscais a quem quer lá investir. Nos projetos a desenvolver também a implementação do sistema de informação que possibilite de uma forma atualizada integrada em diversas áreas, achamos que é uma inovação e que, de certeza, vai ter muito sucesso. Na promoção ao desenvolvimento da economia local e nas áreas da economia e emprego, como ainda há pouco aqui foi dito que este Executivo não estava preocupado com o emprego e com a economia a local podemos ver aqui na página catorze, no documento que foi elaborado das Grandes Opções do Plano diz “promoção e desenvolvimento da economia local”, aqui diz que “vamos promover o desenvolvimento atuando nas áreas da economia e emprego através da conceção e implementação estratégicas políticas fazem realmente económico do Município de Lagos, nomeadamente através da captação de investimento setores considerados estratégicos e de desenvolvimento de apoio à dinamização e comércio, a economia local, através de parcerias, associações empresariais e comerciantes e de outras entidades com o apoio a iniciativas para a criação de emprego e de apoios a estudar para através de investidores da criação de maior emprego para o Município de Lagos” daí acho que esta preocupação vai de encontro ao que nós queríamos para este momento. Não queríamos também deixar de destacar a parte da limpeza urbana que com muita preocupação deste Executivo, este ano a vai melhorar, de certeza no próximo ano, com o sistema de recolha de RSU, com isso está previsto uma aquisição de veículos, para aumentar o grau de eficácia na recolha atempada, bem com a melhoria dos seus circuitos. O abastecimento de água em baixa a vários locais do Concelho que há tantos era ambicionado, também os vemos aqui nas Grandes Opções do Plano. O investimento em várias empreitadas no Concelho vem contrariar que não havia investimento no nosso Concelho, mas, afinal há. Na educação queremos destacar também a atualização da carta educativa, a manutenção das bolsas de estudo, os manuais escolares para todos os alunos do segundo ao quarto ano. Também destacaram no desporto implementação do plano estratégico de desenvolvimento desportivo, uma inovação. Na habitação, a requalificação do parque habitacional bem como a atribuição de 16 fogos em regime de arrendamento em Bensafirim. No que diz respeito ao Orçamento do mesmo prossegue uma gestão de rigor e transparência e contenção dos recursos da autarquia com o objetivo de manter a sustentabilidade das contas municipais, mas não deixa de reforçar o apoio a todas Juntas de Freguesia.”-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) fez a seguinte intervenção: “À margem das GOP e Orçamento para 2017, gostaríamos de apresentar alguns dados que são importantes para entendermos a posição do município de Lagos na atual conjuntura dos municípios portugueses. Por isso vamos referir alguns dados constantes do Anuário dos Municípios Portugueses de 2015. Falando dos impostos nobres Lagos apresenta-se no 31.º lugar na receita de IMI com 13.657.097€. Esta receita foi a mais alta de sempre. Em relação ao IMT apresenta-se no 9.º lugar do ranking com maior receita de IMT, 9.028.693€, a 4.ª maior receita desde 2006. Lagos encontra-se na 6.ª posição



do ranking no que se refere ao rácio IMT/Despesas correntes com 25,3%, quando a média geral é de 11,4%. 01 – Despesas com o pessoal; 02 – Aquisições de bens e serviços; 03 – Juros e outros encargos; 04 – Transferências correntes; 05 – Subsídios; 06 – Outras despesas correntes. Em 2015, Lagos apresentou-se na 12ª posição dos municípios com maior peso de receitas provenientes de impostos e taxas, na receita total cobrada com 57,9% do total das mesmas, sendo que o previsto em 2017 é de 71,6%. Estes exemplos têm como objetivo identificar o peso dos impostos na gestão camarária que, no caso vertente, leva a colocar a questão espelhada no rácio IMT/Despesas correntes: se algo acontece como as vamos suportar? As GOP e Orçamento para 2017, na descrição dos seus Eixos e Objetivos Estratégicos, diríamos que elencados de uma forma quase romântica, apesar de alguns não serem novos e não terem sido no passado minimamente cumpridos são, enquanto processo de intenções, um instrumento de trabalho positivo. Reiteramos o facto de Lagos continuar a ser uma cidade voltada ao Turismo com um conjunto de serviços diversificados que de uma forma profissional retornam bons graus de satisfação. Esta é uma atividade que necessita de consolidação e, no conjunto dos objetivos estratégicos é urgente concretizar limpeza, mobilidade, acessibilidades, facilidade de transportes, ciclovias...entre outros. A criação de novos atrativos, nomeadamente culturais é igualmente uma necessidade premente de forma a termos uma oferta mais diversificada sem dependência plena do sol e praia. A aposta noutras atividades económicas é de crescente importância, embora alguma coisa já tenha sido efetuada, na área vinícola e aquacultura por exemplo, é necessário cativar mais agente económicos com projetos que nos retirem quase da total dependência do turismo.”--

-----A Sra. Clara Rato (PS) disse que quando houve a oposição a falar, parece que Lagos é uma cidade de terror, uma vez que está tudo mal, os Planos são feitos para se concretizarem em muitos anos, etc.. Referiu que o Plano não pode ser baseado na realidade imediata, sendo que um Plano tem que ter alguma ambição e isso é o que vislumbra no documento apresentado. Disse ver um documento bem elaborado, moderno, esquematizado, de fácil leitura. Salientou os eixos da Educação, do Ambiente, a partilha do conhecimento, o encontro de meios para tentar rentabilizar o comércio local. Referiu que as acessibilidades é igualmente uma preocupação da Câmara Municipal. Louvou a questão relacionado com a Carta Educativa. Sobre a questão da recolha de resíduos sólidos, disse que no Verão Lagos teve uma ocupação acima do normal e não foi fácil arranjar pessoal para dar resposta às necessidades. Disse que o Plano é exequível e está organizado, considerando o mesmo estratégico, pelo que louvou o documento.-----

-----O Sr. José Jácome (LCF) disse o seguinte: “Isto não se trata propriamente de defesa da honra, nem sequer é, enfim, digamos, uma retaliação e, portanto, contrariamente ao que muitos esperam não vou pedir aqui a extinção do PSD, até porque o PSD não é local nem ainda o momento certo. Quanto à venda do lixo foi aqui referida, quer dizer, de facto, o PS só pode vender o lixo, porque tudo o resto dava lucro Estado já foi dito pelo PSD, sobra o lixo e não posso deixar de salientar que é preferível vender o lixo do que sair do Governo, com foi fez agora o ex-Secretário de Estado do PSD, e comprou lixo diretamente à mafia, é que nem sequer



Fl. 180v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

foi lixo de Itália, foi diretamente à máfia como todos sabem e temos esse problema agora no nosso País. A população de Lagos, mais do que preocupada com lixo, está francamente preocupados com as baratas e os ratos todos os dias, as pessoas falam tem baratas e ratos e eu proponho à Câmara se os conseguirmos vender era excelente, não os conseguimos vender que talvez pudesse delegar nas Juntas de Freguesia, com a dotação respetiva, estão mais perto, estão no local, e talvez consiga combater melhor as pragas, porque acabar com elas é impossível, de baratas e de ratos e, também já agora, da limpeza das sarjetas até da cobertura do interior, penso que as Juntas de Freguesia poderiam estar vocacionadas, se tivessem os meios financeiros e humanos.”-----

-----O Sr. Alexandre Nunes (CDU) disse que a grande dificuldade com que se depara quando estudas os documentos em discussão, prende-se com a ligação entre o que está no Plano e a relação com o Orçamento. Referiu que parece que as ideias vão muito além do que está orçamentado. Perguntou se havida uma outra forma de elaborar os documentos, por forma a torna-los mais ligados entre si, em vez de ser verificar a existência de um documento político e outro técnico.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o Plano e o Orçamento apresentados não são flexíveis, no entanto podem ser mexidos após aprovação dos respetivos Órgãos, mas os que estão em discussão, são documentos fixos. Sobre as acessibilidades, referiu que concorda com as preocupações, mas as mesmas não são suficientes para resolver situações, dando como exemplo o Núcleo Museológico da Rota da Escravatura, onde foi feito um investimento de cerca de meio milhão de euros e quem tem problemas de acessibilidade, não consegue passar do rés-do-chão.-

-----O Sr. Carlos Saúde (PS), a propósito do referido pelo Sr. José Manuel Freire, sobre o Núcleo Museológico da Rota da Escravatura, disse que no rés-do-chão, existe a possibilidade de fazer uma visita virtual ao primeiro andar. Sobre as GOP realçou a requalificação prevista para a Ponta da Piedade, a criação do Balcão Investe Algarve, o Plano de apoio à energia sustentável, a requalificação de equipamentos e infraestruturas, o desenvolvimento do Parque da Cidade, as intervenções na muralha e nos torreões de Lagos, a MALA, o Festival dos Descobrimentos, intervenções nas escolas. Disse que como Presidente de Junta de Freguesia, estava bastante satisfeito com o documento apresentado.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que das intervenções ouvidas, ficou com a ideia de que todos os Grupos Municipais estavam de acordo com a maior parte do colocado em Plano. Disse que as Grades Opções do Plano é um documento com estratégia política e com ambição, não se resumindo a um conjunto de atividade dos vários Serviços da Câmara Municipal. Referiu que o mesmo foi elaborado no seguimento das orientações políticas do atual Executivo. Disse ter a consciência de que não conseguirá concretizar tudo o que consta no Plano, mas muitas ações já estão a ser desenvolvidas. Referiu que o Plano apresentado nada tem a ver co o facto de 2017 ser ano de eleições autárquicas. Afirmou que “a atividade política é a aprendizagem continua do convívio com a deceção”, mas a deceção, neste caso, não é o desanimo ou o desalento; a deceção é o sentimento que existe de que por muito que seja feito, mais desafios existem para



serem vencidos. Disse que mais uma vez foi referido que a Câmara Municipal não dá resposta a Requerimentos da Assembleia Municipal, mas muitos têm sido respondidos, continuando a Câmara Municipal com intensão de responder aos que estão em falta. Lembrou que a falta de pessoal também está relacionada com possíveis atrasos nas respostas a dar tanto à Assembleia Municipal como aos Municípios. Referiu que os Serviços de Ação Social da Câmara Municipal não fazem caridade; estes apoiam as famílias identificadas, no âmbito da Rede Social. Disse que há uns anos, o OS se tinha oposto à concessão do saneamento e da água, sendo que a sua posição atual, continua a ser contra a concessão destes serviços. Sobre a mobilidade, disse que o caso referido do Núcleo Museológico da Rota da Escravatura, está inserido num espaço antigo o qual não tem possibilidade de satisfazer pessoas com mobilidade reduzida a todo o seu espaço. Congratulou-se por ter ouvido os Membros da Assembleia Municipal dizerem que o Plano tem ambição, tem projetos, tem estratégia e tem orientação política.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que o documento apresento pela Câmara Municipal, após as intervenções do Membros da Assembleia Municipal, deve receber nota quatro dos mesmos, situação que o alegra. Referiu que existiu a intensão de elaborar um documento mais prático, sendo que existem algumas novidades no mesmo, umas por imposição legal, outras por iniciativa do Executivo, como a nota explicativa. Referiu que o índice de transparência não tem validade, uma vez que se trata de um grupo independente que recolhe dados nos sites da internet. Disse que a gestão rigorosa que se verifica na Câmara Municipal e reconhecida, pelo menos, por um Membro do PSD, leva a que as contas da autarquia estejam equilibradas, mesmo sem praticar taxas municipais, pelos seus valores máximos e recebendo uma verba baixa do Estado, apesar do Município cuidar de todas as escolas do Concelho. Referiu que o Plano para 2017 é um documento ambicioso, sendo que o ano de 2017 é complicado porque vai ser partido com as eleições Autárquicas, logo haverá menos tempo a execução. Sobre softwares livres, disse que a Câmara Municipal já tem um considerável número de softwares livres, no entanto há outros que são difíceis de serem uma realidade dado ao risco e custo dos mesmos. Referiu existir uma ligação entre o documento financeiro e o documento escrito, pode não estar esquematizada, mas basta cruzar os documentos para ver a ligação entre eles.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, esclareceu que os 700 mil euros previstos para investimento na rede de água, estão relacionados com candidaturas que estão a decorrer e que caso sejam aceites, grande parte da verba é libertada para outras obras. Disse que o cidadão José Valentim lhe tinha ligado, mas depois não atendeu a chama que fez para o cidadão, depois de se ter inteirado do assunto colocado pelo cidadão, junto dos Serviços.-----

-----A Sra. Vereadora da Câmara Municipal, Sara Coelho, disse que as Grandes Opções do Plano mostram a aproximação do que se pretende fazer com a realidade. Referiu que uma verdadeira politica social não é reduzir as taxas, porque ao reduzir as taxas são reduzidas para quem precisa e para quem não precisa. Elencando uma série de mediadas de apoio social concretizadas pela Câmara Municipal, disse que



Fl. 181v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

existiam uma série de apoios sociais que ajudam as famílias mais carenciadas do Concelho. Referiu que a Câmara Municipal desenvolve políticas que potenciam o investimento, que facilita o empreendedorismo.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que a contingência, a incerteza, a decepção, são fenómenos pelos quais todos os políticos passam, pelo que voltou a citar-se “Convém que nos habituemos à ideia: a política é fundamentalmente uma aprendizagem da decepção. A democracia é um sistema político que gera decepção... especialmente quando se faz bem”, tendo terminando dizendo que para a TSL, a Sra. Presidente faz bem.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse não ter registada nenhuma chamada não atendida do Sr. Vereador Paulo Jorge, no entanto acredita que o mesmo lhe telefonou. Esclareceu que o seu telefonema tinha a ver com uma coisa simples, que era a situação de uma casa que tem arrendada a duas pessoas, sendo que uma vai sair, mas a outra fica, pelo que necessita de alterar os nomes no contrato de água e a Câmara Municipal, numa simples situação destas, exige ao proprietário que apresente comprovativo do Imposto de Selo liquidado. Disse que o grave disto tudo é que a Câmara Municipal está a fazer de fiscal das Finanças.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) sobre os manuais escolares disse que o Orçamento de Estado tem contemplado a gratuidade dos livros escolares para todo o primeiro ciclo do ensino básico, pelo que perguntou se a Câmara, tendo em consideração esta situação do Orçamento do Estado, tinha tomado a mesma em consideração no seu Orçamento.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Mari Joaquina Matos, relativamente à situação colocada pelo Sr. José Valentim, disse que a Câmara Municipal tem como objetivo o Simplex Autárquico, pelo que ia tomar a intervenção do Sr. José Valentim como sugestão, um vez que nada é perfeito e existem sempre situações a corrigir. Sobre os manuais escolares disse que está verba destinada a essa ação que depois será reembolsada pelo Governo, a qual será canalizada para outra situação.-----

-----O Sr. José Jácome (LCF), relativamente à questão da apresentação do comprovativo de pagamento do imposto de selo, aquando da celebração do contrato de água, sugeriu que à Câmara Municipal, a existência de uma declaração que os proprietários pudessem declarar a entrega do comprovativo posteriormente.-----

-----Posto isto foram submetidas à votação, as **GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – P.P.I.) PARA O ANO 2017**, com a obtenção dos seguintes resultados:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	12	0	0	0	1	0	13
ABSTENÇÕES	0	0	3	3	0	1	7
VOTOS CONTRA	0	5	0	0	0	0	5

-----Seguidamente foi submetido à votação, o **ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS PARA O ANO 2017**, com a obtenção dos seguintes resultados:



	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	12	0	1	0	1	0	14
ABSTENÇÕES	0	0	2	3	0	1	6
VOTOS CONTRA	0	5	0	0	0	0	5

-----**DELIBERAÇÃO N.º 116/AM/2016:**

-----**Deliberado**, por maioria, aprovar a proposta das Grandes Opções do Plano que inclui a previsão das atividades a desenvolver durante o ano de 2017, o Orçamento, o Plano Plurianual de Investimentos, as Atividades Mais Relevantes e os anexos conforme o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, o Orçamento Municipal para o ano de 2017 que ascende a 50 036 149,00€ (cinquenta milhões, trinta e seis mil, cento e quarenta e nove euros), o Mapa de Repartição de Encargos, o Mapa de Pessoal e o Plano de Formação. Tudo isto nos termos do disposto na alínea a) e o) do n.º 1 do Artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 26 de outubro de 2016.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Rui Araújo (PSD): “Votamos contra porque achamos que os documentos não podem ser dissociados. Ao contrário do que aqui foi dito, não dissemos que o Plano é horrível, mas existe para muitos objetivos, onde não existe uma alocação de meios e recursos para realizar os mesmos. Falta uma estratégia de redução da elevada carga fiscal. Trata-se de um Orçamento de caridade e não de um Orçamento que visa criar as condições para que as pessoas saiam da pobreza e serem sustentadas pelos meios delas. Para dar dois exemplos do irrealismo entre as Grandes Opções do Plano e o Orçamento dou a título de exemplo, a água, que foi falada aqui, existem 663 mil euros de financiamento definido e com o Sr. Vereador falou, e bem, existe uma verba por definir que diz respeito aos fundos comunitários, 334 mil euros, mas para o ano 2018 aparecem aqui 12 mil euros, 2019 zero, 2020 zero e nos outros zero, então há um grande Plano com uma série de objetivos, uma série de estratégias e depois não há locação de recurso, não há um planeamento de recursos para o futuro, o mesmo se passa com o que foi falado dos torreões e das muralhas, 158 mil euros para o próximo ano, e para os anos seguintes? com tantos quilómetros de muralha com 158 mil euros que temos um grande plano de recuperação das muralhas. Portanto, por tudo isto e por e por mais do que aqui foi dito, achamos que se trata de um Plano eleitoralista, e não exequível, e a prova disso é que este ano até outubro PPI tem uma execução de 41 por cento.”-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 55 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 23 horas e 10 minutos.-----

-----**PONTO 3 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE LAGOS NA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALGARVE - AMAL, NO ÂMBITO DO**



Fl. 182v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS:

Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D-585-12.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução do assunto.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse que da leitura que fez dos documentos, na sua interpretação, existe uma divergência com aquilo que está na Ordem do Dia, relativamente a este assunto, uma vez que depois de ter lido a documentação tinha ficado com a ideia de que primeiro iria ser feita uma delegação de competências para ser elaborado um estudo e depois de analisado o mesmo, então seria deliberado sobre a delegação da competência da gestão. Referiu que situação idêntica devia ser aplicada às Terras do Infante.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que o sistema de transporte A Onda, não entra nesta delegação de competências, até 2018, pelo que perguntou o que acontecia depois de 2018.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o problema estava na delegação de uma competência da Câmara Municipal num Órgão que não é regional, não é eleito, não existe Região. Referiu que o Governo tinha anunciado para o início de 2017, nova legislação para as Áreas Metropolitanas e para as Associações de Municípios. Acrescentou que vários Partidos votaram contra, na Assembleia da República, relativamente às autoridades municipais de transportes, pelo que mais tarde, ou mais cedo, esta lei irá ser modificada. Disse que os circuitos e o tarifário podem sofrer alterações. Por tudo isto disse que a CDU é contra esta delegação de competências.--

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que este assunto não é simples, mas a certeza que tem é que na região não existe articulação entre os vários transportes, isto é, entre os transportes municipais e os intermunicipais. Referiu que a legislação permite estudar uma solução que se veja uma articulação de todos os transportes. Disse que o contrato é igual para todos os Municípios do Algarve, havendo exceções como a de Lagos, por causa da Onda. Referiu que quem vai coordenar este estudo é a entidade Intermunicipal. Disse que o grande objetivo é haver uma verdadeira rede de transportes intermunicipais, situação que não se verifica atualmente.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que faz falta uma rede intermunicipal de transportes, sendo que há muitos anos que o IMT, ou outra entidade pública, podia ter tratado desse assunto. Perguntou qual a interpretação da Câmara Municipal sobre as questões do tarifário, do financiamento e das carreiras.-----

-----O Sr. José Jácome (LCF) disse não perceber o articulado do Artigo 26.º do contrato, o qual tem a ver com a vigência do contrato. Perguntou se tinha existido conversações entre Lagos, Aljezur e Vila do Bispo, tendo em conta que a linha do caminho de ferro termina em Lagos, sendo que a mesma devia estar ligada à linha de Huelva e Sevilha, uma vez que a partir de Sevilha há ligação ao TGV. Disse que bitola (distância entre carris) igual à de Portugal só se verifica na Rússia, não



existindo em outro País da Europa, sendo que Espanha aproveitou fundos comunitários para alterar todas as suas linhas para a bitola europeia. Referiu que o sistema ferroviário é muito importante e se não estivermos atentos qualquer dia a linha férrea termina em Portimão e não em Lagos.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que é legal o Município fazer este tipo de contratos com a AMAL. Referiu que o Município não se vai comprometer com todas as 27 cláusulas do contrato. Perguntou que parte financeira caberá ao Município neste estudo e se a Câmara Municipal de Lagos estava empenhada neste processo.-----

-----**SAÍDA DE MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, ausentou-se, definitivamente da sala o seguinte Membro da Câmara Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	HORA
LCF	Luís Manuel da Silva Barroso - Vereador	23.30

-----O Sr. José Santos (BE) disse achar estranho o Município não se vincular a todas as cláusulas do contrato mas vir o contrato com todas as cláusulas à Assembleia Municipal, o que pode causar alguma confusão.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) perguntou se a votação da Assembleia Municipal era no sentido de concessionar o estudo ou já o serviço.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que a proposta que está em discussão em Lagos é idêntica aos restantes 15 Municípios do Algarve. Referiu não haver nenhum trabalho feito em termo de apreciação, de diagnóstico, para se saber o que tem que ser feito para que passe a existir uma rede regional de transportes e não é a AML que o vai fazer, mas sim contratar uma empresa para fazer tal estudo. Disse que o Algarve tem que ser uma região moderna, mas o trabalho para esse fim tem que ser feito com os 16 Municípios do Algarve.-----

-----O Sr. José Santos (BE) disse concordar com as palavras da Sra. Presidente da Câmara Municipal, no entanto o BE não vai apreciar e votar um documento que tem cláusulas que não vão fazer parte do contrato a ser assinado por Lagos.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o que está a ser transmitido pela Sra. Presidente da Câmara Municipal, não corresponde com a documentação distribuída obre o assunto. Referiu que em anos passados juntavam-se à mesa representantes das empresas de transporte rodoviários e ferroviários com representantes das Câmara de Lagos, Aljezur, Vila do Bispo e Portimão, para trabalharem a questão dos transportes escolares.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) começou por subscrever a intervenção do Sr. José Manuel Freire. Disse que não tinha a certeza no que ia votar, se a delegação de competências para a operacionalização do sistema, ou para a elaborar um estudo, no entanto como o interesse geral era se superpõe a uma questão meramente formal, o PSD iria votar a favor do proposto pela Câmara Municipal.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que há alguns anos foi feita uma articulação de transportes escolares entre Lagos, Aljezur, Vila do Bispo e Portimão, e ainda hoje é feita, mas deve-se pensar mais além e fazer



Fl. 183v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

uma articulação de transportes a nível do Algarve, ou seja, criar uma rede regional de transportes. Referiu que para que isto se concretize a AMAL tem que fazer um estudo.-----

-----O Sr. José Jácome (LCF) disse que a articulação tem que passar as fronteiras da região e ter em conta a ligação com a europa, através de Huelva e Sevilha e com o resto do País. Referiu que deve ser tomada toda a atenção a quem se vai entregar o estudo porque não convém pagar-se um estudo que depois não passe do papel.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que tinha feito referência aos transportes escolares por a mesma tinha sido mencionada. Referiu que se a documentação dissesse o que é referido pela Sra. Presidente da Câmara Municipal, a CDU nada tinha a opor, mas os documentos vão muito além do que é dito, sendo que a partir do momento em que é assinado o documento apresentado é esse que vai para a AMAL.-----

-----A Sra. Clara Rato (PS) disse que sempre se admirou não haver um sistema integrado de transportes no Algarve, pelo que é de louvar fazer-se um estudo no sentido de criar um sistema integrado de transporte no Algarve, esperando que de facto tal estudo seja implementado.-----

-----Posto isto foi submetida à votação, a **PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE LAGOS NA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALGARVE - AMAL, NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS**, com a obtenção dos seguintes resultados:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	12	5	3	0	1	0	21
ABSTENÇÕES	0	0	0	3	0	1	4
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 117/AM/2016:**

-----**Deliberado**, por maioria, autorizar a celebração do Contrato de Delegação de Competências do Município de Lagos na Comunidade Intermunicipal do Algarve – AMAL, no âmbito do Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros, no que concerne às cláusulas 1.ª à 4.ª e 21.ª à 27.ª do contrato sob apreço, nos termos previstos na alínea k) do n.º 1, do Artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme proposta da Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua Reunião Pública Ordinária realizada no dia 12 de outubro de 2016.--

-----**PONTO 4 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, DE UMA PARCELA DE TERRENO, SITA NA AMEIJEA, FREGUESIA DE S. GONÇALO DE LAGOS, LAGOS:** Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D-585-13.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução do assunto.-----



-----O Sr. José Santos (BE) disse que há documentação enviada à Assembleia Municipal devia ter sido anexada uma planta com todo o terreno e a implementação do que vai ser construído, uma vez que não se pode construir numa determinada faixa, mas se calhar rento a essa faixa está tudo construído.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) chamou à atenção para um lapso na certidão da Câmara Municipal, uma vez que onde se lê “... gaveto formado pelas ruas José Afonso e Professor Doutor Mota Pinto ...”, deve ler-se “... gaveto formado pelas ruas José Afonso e Miguel Torga ...”.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a zona foi cedida à Câmara Municipal com determinado objetivo, aceite pela Câmara Municipal, e por isso aprovado a urbanização, só que agora quer desfazer-se de tais parcelas de terreno.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) disse que as parcelas de terrenos vendidas, na sua opinião, são abaixo do valor de mercado, beneficiando os interesses dos construtores.-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) disse ser a favor da desafetação deste tipo de parcelas de terreno. Referiu que o tratamento dado a este tipo de situações para com privados, deveria ser igual em termos do público, referindo-se com isto a situações que se verificam na Freguesia de Bensafirim.-----

-----O Sr. José Jácome (LCF) disse que cada caso é um caso e concretamente à situação em apreciação concorda com a entrega desta parcela do território ao privado que está a desenvolver um projeto no local. Referiu que nestes casos deve é logo ficar definido o que o construtor poderá fazer na parcela de terreno.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse que a Câmara Municipal tem que fazer bons negócio e alienar esta parcela com quase quinhentos metros quadrados por trinta mil euros é um mau negócio para o Município.-----

-----O Sr. José Santos (BE) disse que a Câmara Municipal de Lagos até pode ser dona de metade dos terrenos do Concelho, só que se os mesmos estiverem retalhados, não valem nada.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que independentemente do terreno pertencer ao público ou ao privado, os índices têm que ser respeitados.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que quem atribui o valor aos terrenos é uma Comissão de Avaliação do Património Municipal, sendo os valores apresentado para respeitar, uma vez que a Comissão tem regras para cumprir.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse que de qualquer maneira pode-se sempre colocar em causa os valores sugeridos.-----

-----Posto isto foi submetida à votação, a **PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, DE UMA PARCELA DE TERRENO, SITA NA AMEIJEA, FREGUESIA DE S. GONÇALO DE LAGOS, LAGOS**, com a obtenção dos seguintes resultados:



Fl. 184v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	12	4	3	0	1	0	20
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	1	0	3	0	1	5

-----**DELIBERAÇÃO N.º 118/AM/2016:**

-----**Deliberado**, por maioria, autorizar a desafetação do domínio público municipal, de parcela de terreno, sita na Ameijeira, no gaveto formado pelas Ruas José Afonso e Miguel Torga, Freguesia de São Gonçalo, Lagos, com a área de 492,50m² (quatrocentos e noventa e dois metros e cinquenta decímetros quadrados), que confronta do norte, com a Rua José Afonso; do sul com a Rua Dr. João Moniz Nogueira; do poente com a Rua Miguel Torga, e do nascente com Rodrigues & Vermelho, S.A., para alienação à sociedade denominada Rodrigues & Vermelho, S.A., proprietária do prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagos, sob o número três mil oitocentos e noventa e oito, da extinta Freguesia de Santa Maria, ao qual a presente parcela será anexada, para logradouro, não podendo ser erigida qualquer edificação, pelo valor de 30 240,00€ (trinta mil duzentos e quarenta euros), nos termos e para os efeitos previstos na alínea q) do n.º 1 do Artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 7 de setembro de 2016.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Valentim: “Votei contra porque entendo que processos desta natureza devem ser apresentados com enquadramento mais geral para que não sejam feitas deliberações de improviso e meramente pontuais.”-----

-----**PONTO 5 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CÓPIA E IMPRESSÃO EM SISTEMA OUTSOURCING:** Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D-585-14.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, fez a respetiva introdução do assunto.-----

-----O Sr. José Jácome (LCF) chamou à atenção para as letras pequenas do contrato, acrescentando que será de todo o interesse que a assistência técnica esteja no Algarve.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que as questões relacionadas com atrasos na assistência técnica, estão devidamente acauteladas nas cláusulas do Concurso Público.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse que se estava perante uma mudança significativa de um modelo de gestão, isto é, em vez de se adquirir equipamentos é adquirido um serviço, pelo que felicitou o PS pela adoção deste modelo, o qual pode ser aplicado a outras situações verificadas na Câmara Municipal.-----



-----Posto isto foi submetida à votação, a **EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CÓPIA E IMPRESSÃO EM SISTEMA OUTSOURCING.**-

-----**DELIBERAÇÃO N.º 119/AM/2016:**

-----**Deliberado**, por unanimidade, autorizar a assunção de compromissos plurianuais, nos termos e para os efeitos previsto na alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas, resultantes da aquisição de serviços que dará lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, referente ao Concurso Público para a Aquisição de Serviços de Cópia e Impressão em Sistema de Outsourcing, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 26 de outubro de 2016.-----

-----**PONTO 6 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA PARA A PROMOÇÃO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DO DESPORTO, A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGOS E LAGOS-EM-FORMA – GESTÃO DESPORTIVA, EM, S. A.:**

Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D-585-15.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução do assunto.-----

-----O Sr. José Santos (BE) perguntou o valor que o Município vai poupar com o Contrato-Programa apresentado.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que a fundamentação apresentada era insuficiente. Referiu que a documentação refere o pagamento de um valor compensatório mensal, por parte da Câmara Municipal à Lagos-em-Forma, de 9 mil euros, sendo que deveria ser apresentado um estudo de viabilidade económico-financeira, que fundamentasse a atribuição deste valor.-----

-----O Sr. Alexandre Nunes (CDU) disse que a CDU há muito que defende a transferência de alguns serviços prestados pela empresa municipal, para a Câmara Municipal, no entanto como este processo não é feito de um dia para o outro, anunciou a abstenção da CDU na votação referente ao assunto em apreço.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) perguntou qual o valor, atual, transferido pela Câmara Municipal para a Lagos-em-Forma.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse compreender a falta de fundamentação na documentação enviada à Assembleia Municipal, uma vez que todo este processo teve que ser tratado com urgência.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que a atualização do Contrato-Programa em apreciação, reflete os grandes objetivos e a atividade geral que a Lagos-em-Forma desenvolve, tendo desenvolvido a sua atividade com qualidade. Referiu ser da opinião de que a Lagos-em-Forma tem desenvolvido um bom trabalho. Disse que uma empresa municipal gere equipamentos com mais ligeireza que uma Câmara Municipal.-----



Fl. 185v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que o atual Contrato-Programa termina no final de novembro de 2016 e por isso havida todo o interesse em avançar com um Contrato-Programa renovado, sendo que, a grande diferença prende-se co os valores a transferir pelo Município que vão passar de cerca de 70 mil euros mensais para cerca de 10 mil euros mensais. Referiu que tinha sido feito um estudo para se chegar a este novo valor, com base na nova realidade da Lagos-em-Forma, ligada à exploração dos equipamentos de estacionamento. Acrescentou que, presentemente, não existe razões para que a Lagos-em-Forma não continua a desempenhar todas as funções que lhes estão atribuídas. Terminou dizendo que a Lagos-em-Forma é vista como mais uma Divisão da Câmara Municipal.-----

-----O Sr. José Santos (BE) depois de analisar os números dados a conhecer, disse concluir que a Lagos-em-Forma tem um bom saldo, pelo que perguntou como ia ser gerido essas verbas, isto é, se ia ser feito investimento por parte da Lagos-em-Forma, ou se revertia parte do excedente para a Câmara Municipal.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) perguntou se os indicadores são os mesmos ou se são mais ambiciosos.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que o saldo de tesouraria da Lagos-em-Forma é razoável, mas não irá ser revertida nenhuma verba para a Câmara Municipal, uma vez que a mesma irá ser para fazer investimentos.-----

-----Posto isto foi submetida à votação, a **PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA PARA A PROMOÇÃO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DO DESPORTO, A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGOS E LAGOS-EM-FORMA – GESTÃO DESPORTIVA, EM, S. A.**, com a obtenção dos seguintes resultados:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	12	5	3	0	1	1	22
ABSTENÇÕES	0	0	0	3	0	0	3
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 120/AM/2016:**

-----**Deliberado**, por maioria, aprovar a minuta do Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Lagos e a Lagos-em-Forma – Gestão Desportiva, E. M., S. A., para promoção e gestão de equipamentos desportivos e prestação de serviços na área do desporto, nos termos previstos no n.º 5, do Artigo 47.º, do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 23 de novembro de 2016.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Fl. 186

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), eram 0 horas e 46 minutos, da madrugada do dia 1 de dezembro, declarou encerrada a Sessão.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins (LCF), Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado(PS).-----

.....

.....
